

NACIONALISMO, MODERNIZAÇÃO E QUESTÕES TERRITORIAIS: TENTATIVAS DE CRIAÇÃO DE UM VELHO TERRITÓRIO NO NORTE DE GOIÁS

**Nationalism, modernization and regional issues: creating attempts of an old territory in
north Goiás**

George Leonardo Seabra Coelho

1 Introdução

O objetivo deste artigo será discutir a construção do discurso político de modernização brasileira, principalmente o discurso de ocupação econômica do estado de Goiás nas décadas de 1930 e 1940. Como afirmam Palacin (1994), Lenharo (1981), Velho (1976), Borges (2004), entre outros, esse discurso de modernização foi consagrado pelo arcabouço ideológico composto para justificar a campanha “Marcha para o Oeste”. Assim sendo, realizaremos a análise discursiva do projeto modernizador através do estudo dos suportes ideológicos que subsidiaram o programa de integração nacional promovido pelo regime estadonovista.

Para compreender as conjunções simbólicas presentes nas ações políticas estadonovistas, seguiremos a proposta de Alcir Lenharo (Lenharo, 1981). Para o historiador brasileiro, o estudo dos discursos produzidos pelos governos é bastante esclarecedor, uma vez que, oferece um caminho rico de percepções, pois reflete e aponta as modulações do fazer da política. Essa proposta também pode possibilitar novas leituras das articulações entre o mito e a ideologia presente nos discursos que subsidiaram simbolicamente o regime estadonovista. A partir dessa perspectiva, consideramos que a construção discursiva que sustentou a campanha “Marcha para o Oeste” não foi produzida apenas para justificar a ocupação econômica dos “espaços vazios”, mas, em maior intensidade, também teve o intuito de fixar ideologicamente a atuação do Estado intervencionista no Brasil.

Como o projeto modernizador do estado goiano foi um processo vasto e complexo, iremos abordar as intertextualidades entre diversas modalidades de escrita que subsidiaram o programa da “Marcha para o Oeste” e a campanha em prol da divisão do Norte goiano nos primeiros anos da década de 1940. Acreditamos que a defesa da proposta de criação de um

novo território, a partir da divisão do estado de Goiás pretendia acelerar o desenvolvimento da região. Contudo, essa proposta encontrou resistência por parte das elites do Centro-Sul de Goiás, oposição esta que impediu sua concretização em diferentes contextos da História brasileira, ocorrendo a divisão apenas no final da década de 1980.

Segundo Martins (2010, p. 142), as novas gerações de historiadores brasileiros vêm desenvolvendo o apreço pelas conexões intrincadas e oblíquas entre o regional, o local e o nacional. Para o autor, a História Regional é “aquela que toma o espaço como terreno de estudo, que enxerga as dinâmicas históricas no espaço e através do espaço, obrigando o historiador a lidar com os processos de diferenciação de área”. Essa abordagem tem a virtude de descobrir novos problemas, uma vez que, para Bittencourt (2009, p. 161), a historiografia nacional ressalta as semelhanças, enquanto a História Regional trata das diferenças e da multiplicidade. Concordamos com a autora ao afirmar que a História Regional proporciona, na “dimensão do estudo do singular, um aprofundamento do conhecimento sobre a história nacional, ao estabelecer relações entre as situações históricas diversas que constituem a Nação”. Além da importância deste estudo para a produção do conhecimento histórico sobre o movimento separatista regional, também contribuirá com a renovação do ensino da História Regional na Educação Básica.

Para a fundamentação teórico-metodológica deste estudo, lançamos mão da revisão bibliográfica referente à criação do estado do Tocantins e ao processo de modernização do Estado brasileiro no período varguista (1930-1945), assim como, de estudos voltados para o método da análise discursiva. Esse percurso é fundamental para a interpretação de um conjunto heterogêneo de fontes históricas. Por fim, acreditamos que o método da Análise do Discurso nos auxiliará nas leituras do ensaio *Marcha para Oeste* (1940) de Cassiano Ricardo, dos pronunciamentos de Getúlio Vargas, dos textos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e das notícias divulgadas pelo jornal *O Popular* (1944), os quais são responsáveis pela construção do ideário de ocupação econômica do Centro-Oeste.

2 Procedimentos teórico-metodológicos: intertextualidade e discurso

Para os limites deste artigo, a técnica da Análise do Discurso oferece caminhos para estudar as formas discursivas que os sujeitos produzem para apreender a realidade. Nesta pesquisa, o discurso será tratado como objeto, uma vez que ele é uma das instâncias materiais da relação linguagem/pensamento/mundo. Partimos do pressuposto de que todo discurso se

estabelece em relação a um discurso anterior, ao mesmo tempo, aponta para um discurso futuro, o qual é marcado pelo jogo entre escrita, leitura e troca (Foucault, 1999). Para tanto, não nos deteremos apenas em sua descrição como objeto estático, mas na compreensão da intertextualidade e da construção do processo discursivo no tempo.

No que se refere as relações entre a produção do discurso e a apreensão da realidade, Orlandi (1996) considera que elas devem ser buscadas nas interfaces entre os sujeitos e o mundo, interfaces estas, que podem ser concretizadas através da escrita ou das oralidades. Para as interfaces da linguagem escrita, a autora defende que a investigação da condição de produção e contextualização dos textos é um dos caminhos possíveis. Partimos do pressuposto de que o reconhecimento das condições sociais, políticas e econômicas em que os textos são elaborados esclarecem os elementos que estruturam a construção dos discursos. Seguindo essa mesma linha, Algirdas J. Greimas (Greimas, 1986) defende que a prática da Análise do Discurso oferece meios para estudar as condições de produção, significação e apreensão dos sentidos. Por isso, toda sequência discursiva deve ser analisada em relação a um processo de produção/reprodução/transformação do enunciado, pois, segundo o autor, essas condições são importantes para esclarecer os elementos fundadores de competências dos textos. Completando essa argumentação, Eni P. Orlandi (Orlandi, 2000) considera que a cristalização do funcionamento de um texto é definida não pela sua produção, mas pela relação do texto com o mundo. Para a autora, o texto não deve ser compreendido como uma unidade fechada em si mesmo, assim como, não deve ser analisado apenas como produto e, sim, como um processo de significação. Por toda via, é importante compreender a exterioridade e a historicidade do texto, pois ele é um objeto histórico e merece uma análise histórica.

Juntamente com o estudo da relação entre linguagem/pensamento/mundo e a produção/reprodução/transformação dos enunciados, outra concepção que contribuirá na análise do processo discursivo de ocupação econômica de Goiás durante a Era Vargas (1930-1945) é a relação entre o discurso e o poder. Dentre os estudiosos que se detém a essa relação, encontramos Foucault (1999), filósofo francês que entende a construção do discurso como representação daquilo porquê e pelo que se luta. E nesta luta, o autor pressupõe que o discurso é organizado por instituições que controlam o que pode ou não circular e as posições dos sujeitos que falam, em outras palavras, a produção de discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos de controle. Durante o Estado Novo, ocorreu

esse tipo de efeito, uma vez que, o regime varguista criou uma série de órgãos responsáveis pelo controle e divulgação do discurso¹.

Para problematizar o discurso de ocupação econômica de Goiás, aplicaremos a Análise do Discurso a um conjunto variado de documentos. No que concerne às fontes históricas utilizadas nesta pesquisa, traremos as contribuições de Bloch (2002), uma vez que esse historiador considera que em lugar de um documento isolado é importante que o pesquisador considere fontes numerosas e variadas para estudar o desenrolar dos tempos. Os documentos utilizados neste artigo não serão entendidos como fontes inoculadas e que por si só dizem a verdade, mas como afirma o historiador, elas serão entendidas como vestígios do passado que devem ser inquiridos para oferecer informações que não tencionam fornecer.

Com o auxílio desse aparato conceitual e teórico-metodológico aplicado a uma diversidade de linguagens textuais – científica, ensaísta, política e publicitária – realizaremos a leitura do discurso de ocupação do Centro-Oeste. Frente a essa diversidade heurística é importante ter em mente que cada uma é portadora de uma linguagem particular e requer formas de análise específica. Diante da heterogeneidade dos textos produzidos em um mesmo contexto político, aproximaremos das posições de Lacapra (2008). Esse autor sugere que a análise se detenha no que está dentro e fora dos textos, assim como, na interação entre a linguagem e o mundo, ou melhor, na intertextualidade. Para tanto, a concepção de Dominick Lacapra também facilita o entendimento das tensões que giram em torno dos textos que subsidiaram simbolicamente o projeto econômico encampado pelo *slogan* da “Marcha para o Oeste” estadonovista.

Após esses esclarecimentos, veremos no próximo tópico as experiências separatistas do Norte goiano no período colonial e no início do período imperial. Na sequência, discutiremos como o projeto modernizador elaborado durante a Era Vargas (1930-1945) é compreendido pelas produções históricas e sociológicas brasileira. Essa revisão literária torna-se ponto chave para compreender como os textos foram produzidos, divulgados e reproduzidos pelo IBGE, pelos intelectuais vinculados ao Estado e pela imprensa goiana. Em seguida, veremos como os elementos simbólicos desprendem-se do discurso e ganham

¹ Durante o governo varguista (1930-1945) ocorreu um forte controle sobre a produção intelectual, pois o Estado passou fiscalizar qualquer produção com o intuito de cristalizar a imagem de um discurso homogêneo. Cassiano Ricardo enquadra-se nessa forma de pensar o processo de construção discursiva, pois esse intelectual, incorporado ao corpo doutrinário do regime, era responsável por departamentos e jornais que difundiam os propósitos estadonovista. Cassiano Ricardo participou da organização do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1938, um ano depois foi indicado para a direção das revistas *Brasil Novo* e *Planalto* e, em 1940, assume a direção do jornal governista *A Manhã* na capital no Rio de Janeiro.

materialidade na defesa e oposição da criação do estado do Tocantins no início da década de 1940.

3 Experiências separatistas do norte goiano: Teotônio Sampaio e a querela independencista

É no contexto da economia de mineração da primeira metade do século XVIII que se assinala a primeira manifestação da oposição entre o Norte e o Centro-Sul goiano. Segundo Maria do Espírito Cavalcante (Cavalcante, 2004), tal fato aconteceu em razão de a Coroa Portuguesa determinar a cobrança de um imposto de capitação mais elevado às minas do Norte goiano. Para a autora, a administração portuguesa justificava tal medida devido ao fato de que as minas localizadas nessa região eram mais ricas do que as do Centro-Sul goiano, todavia, naquele local, a arrecadação era inferior à das minas dos Goyazes. De acordo com a autora, o isolacionismo e a discriminação fiscal sobre os mineradores despertaram os primeiros sentimentos separatistas do Norte goiano. De modo geral, esses efeitos ficaram como um marco para uma série de reivindicações que podem ser consideradas os primeiros protestos de sentimento separatista no Norte de Goiás.

Em decorrência desses desacordos, instalou-se em Goiás, a primeira força organizada de caráter militar e política, a qual foi utilizada para submeter a região ao pagamento desse imposto discriminatório. Para aperfeiçoar a cobranças desses impostos, também foram construídas duas casas de fundição: a primeira, em 1751 em Vila Boa, e a segunda, três anos depois em São Felix. Segundo a autora, esse investimento deixou claro o distanciamento entre o Norte e o Centro-Sul de Goiás, pelo menos em termos de relação econômica, pois na esfera política e administrativa o Norte continuava vinculado a Vila Boa de Goiás. No entanto, a expectativa

[...] de desligamento foi reforçada à medida que a capacidade de produção aurífera das minas do Norte e do Centro-Sul chegou a níveis de produção tão baixos a ponto de já não suscitarem interesse de controle da administração real, mas sim um afrouxamento nos mecanismos de fiscalização, posto que a arrecadação [...] não possibilitava mais o sustento aos instrumentos fiscais (CAVALCANTE, 2004, p. 54).

Rosy de Oliveira (Oliveira, 2004) compartilha da mesma posição. Para essa autora, os mineiros do Norte goiano estavam insatisfeitos com a cobrança do quinto e do dízimo, assim como, com a falta de incentivos fiscais. Por volta de 1809, a economia dessa região

passava por um processo de transição da economia mineradora para a economia pastoril. Todavia, juntamente com o desprezo pelo trabalho agrícola pouco rentável, com a dificuldade de encontrar um produto que substituísse a produção aurífera, com o alto custo do transporte e à ausência de um sistema viário capaz de ligar o Norte de Goiás com outras regiões, a diminuição e a dispersão da população também dificultavam o desenvolvimento da região. Frente a essa situação, algumas personalidades da região passaram a defender a divisão administrativa de Goiás como forma de reorganizar a economia local. Essa divisão foi realizada por D. João VI através do decreto Real de 18 de março de 1809. Para tanto, nomeou o desembargador Joaquim Teotônio Segurado como ouvidor responsável pela administração da comarca do Norte, e o capitão-general Sampaio, responsável pelo Sul.

Para Cavalcante (2004), essa divisão foi uma medida administrativa que pretendia contornar o problema dos gastos com a administração dessa província. Para a autora, a instalação da Comarca do Norte foi significativa para contornar os problemas de natureza financeiro-econômica e administrativa da Coroa Portuguesa. A divisão da Comarca de Goiás e a nomeação do desembargador Joaquim Theotônio Segurado como ouvidor responsável pela administração atenderam aos interesses da metrópole, visto que, essa personalidade era representante dos interesses da Corte. No entanto, essas medidas não foram suficientes para alterar a situação econômica da região, sendo assim, organizou-se o primeiro movimento divisionista da região entre 1821 e 1823².

Segundo Rosy de Oliveira (Oliveira, 2004), esse movimento separatista foi um movimento eminentemente econômico, pois reclamava para a região Norte de Goiás o poder de autogerir-se. Por outro lado, a posição não-independencista de Theotônio Segurado – líder do movimento de separação do Norte goiano – e o regresso deste para a Corte de Lisboa em 1823 resultou no arrefecimento da luta divisionista. Nessa situação, José Bonifácio foi responsável em por fim a um movimento já cambalido e sem condições de sustentar-se em face das dificuldades política e financeira. A atitude de José Bonifácio desfez a base que sustentava a bandeira divisionista e a consequente afirmação da integridade e representação política do Norte goiano. Segundo Cavalcante (2004, p. 74),

² Segundo Maria do Espírito Cavalcante (2004), esse movimento independencista pode ser dividido em dois momentos: o primeiro, de setembro de 1821 a janeiro de 1822, se inicia com a instalação da junta Provisória em Cavalcante, posteriormente transferida para Arraias; o segundo momento iniciou-se com a viagem de Segurado a Portugal e a nomeação do tenente-coronel Cerqueira como seu substituto.

[...] em 25 de abril de 1823, a Comarca do Norte retornou à condição de dependente dos atos políticos e administrativos do Centro-Sul. Há, ainda, a ser considerado o significativo peso da decisão [...] numa época em que movimentos de natureza separatista eram considerados perniciosos à garantia da unidade territorial e política do país. Portanto, para reforçar a unidade física e política do Brasil, José Bonifácio baixou uma portaria em 23 de junho de 1823 proibindo a multiplicidade de governo em uma província.

Para o Império brasileiro, o movimento independencista do Norte goiano apareceu como sendo uma luta contra o princípio da nacionalidade. Portanto, os movimentos autonomistas, surgidos no Brasil, não conseguiam se firmar perante a ordem política, econômica e sociocultural nacional. Podemos concordar com Marcos L. Martins (2010) e sua análise sobre o Estado moderno, uma vez que, o Estado Imperial brasileiro seguiu a tendência das Nações europeias ao investir no nacional em detrimento da comunidade local. Nesse caso em particular, podemos considerar que a batalha do Estado Imperial contra os regionalismos alcançou o ápice através do nacionalismo político, pois o Estado moderno brasileiro pretendeu forjar a ideia de Nação através da unidade política do território. Nessa perspectiva, Oliveira (2004) considera que

[...] os interesses políticos, econômicos e sociais contemplados pelo movimento separatista da região do Norte goiano, além de totalmente antagônicos aos interesses articulados pelo Estado brasileiro, ainda se chocavam com a busca da independência política diante de Portugal e com o princípio da nacionalidade, que pressupunha a manutenção da unidade do vasto território colonial (OLIVERIA, 2004, p. 19/20).

Para os autores citados, o grupo contrário ao separatismo do Norte de Goiás viria a consolidar-se no poder durante o período regencial e cristalizaria – ao longo do segundo reinado – num estamento político-burocrático concentrando na cidade de Goiás, que só começaria a ser transformado mais de um século depois. Seguindo as considerações expostas acima, muito embora o movimento tenha arrefecido em meio a tantas circunstâncias adversas, o sentimento separatista permaneceu vivo durante muitas gerações. O movimento se arrefeceu, mas a ideia permaneceu viva ao longo do século XIX, visto que, ocorreram novas manifestações das lideranças regionais em oposição ao Centro-Sul goiano. Ao longo desse século várias denúncias são publicadas na imprensa local, e essas notícias, são o ecoar do sentimento separatista que sugeria que a divisão do estado de Goiás seria a possibilidade mais

viável contra o descaso político administrativo, a falta de vias de comunicação, de garantias individuais e de propriedade (OLIVEIRA, 2004).

De acordo Oliveira (2012), o processo de divisão territorial foi uma constante em todas as fases da História brasileira: da colônia à República, da Velha República ao Estado Novo. Segundo Bruni (2007), nos anos 1940 as lideranças civis no Norte do estado de Goiás se articulam em prol do movimento Pró-Criação do Território do Tocantins. Para que possamos realizar uma breve análise dessa nova proposta divisionista é de suma importância entender como se organizou politicamente o Estado brasileiro após o Movimento de 1930. Juntamente com o termo “solidariedade social”, outras expressões compõem o glossário político desse período, dentre elas, um “governo coletivo” e “popular” comandado por “um chefe com poderes excepcionais” (RICARDO, 1940).

Estudiosos dedicados a esse período defendem que essas expressões pertencem ao arcabouço ideológico de um governo que pretendia modernizar as relações entre o Estado e a economia, a política e a sociedade. Para compreendermos a utilidade prática dessas expressões, veremos a seguir, como o discurso político apropriou-se do discurso científico do IBGE e do pensamento de Cassiano Ricardo para defender e negar a possibilidade de criação do estado do Tocantins na década de 1940.

4 A modernização do estado nacional nas décadas de 1930 e 1940

Segundo Velho (1976), a elite que controlou o Estado na década de 1930 concentrou seus esforços na industrialização e na crescente burguesia urbana, e ao mesmo tempo, tomou medidas de fortalecimento do setor agrário. O Estado também deixou de ser o mediador no processo econômico e converteu-se em agente transformador e, ao assumir essa função, a linguagem e a técnica do planejamento tornou-se comum nos meios político-administrativo. Todavia, Ianni (1986) considera que as ações governamentais não foram o resultado de um estudo sistemático, mas sim, o resultado das situações críticas ou problemáticas surgidas ao longo do processo político e econômico.

No que se refere a elaboração de projetos, o nacionalismo configurou-se em um importante suporte ideológico nos debates sobre problemas brasileiros. Dentre os órgãos criados pelo governo que carregam a proposta nacionalista, encontramos o IBGE fundado em 1938 pelo decreto-lei nº 218. Com a criação desse instituto, Francisco de Oliveira (Oliveira, 1997) considera que do ponto de vista político foi necessário institucionalizar uma divisão

regional³ que interferisse no poder das lideranças estaduais⁴. Já do ponto de vista econômico, o IBGE formularia programas destinados a ocupar os “vazios territoriais” e fortalecer a integração entre as áreas urbanas e rurais. Para aproximarmos do discurso transmitido pelo Instituto, lançaremos mão da coletânea “Amazônia Brasileira” de 1944.

A partir da leitura dos textos presentes nessa obra, encontramos o reforço do discurso de ocupação econômica arquitetada a partir da recuperação da mística bandeirante paulista. É clara, por parte do Instituto, a opção pela apropriação do passado paulista para subsidiar o discurso político do governo. Além de apropriar do passado paulista, os estudos reunidos nessa obra também se apropriam de situações do presente. A ênfase no presente recai sob o quanto o interior do Brasil ainda é desconhecido e, assim, justifica-se a necessidade de elaborar uma proposta de reorganização produtiva desses espaços. Além de estudos geográficos e históricos, a esfera política também está presente nesta coletânea, pois, sempre que possível, os autores defendem que a visão administrativa de Getúlio Vargas abriu novos rumos para o interior do país. Sendo assim, passado, presente e projeto político são articulados para afirmar que o programa “Marcha para o Oeste” edificará, no futuro, uma moderna sociedade no interior do Brasil.

Segundo Trubiliano e Martins Junior (2008), com a fundamentação da nacionalidade através das Bandeiras históricas, o Estado procurou legitimar não apenas as aspirações de um modelo político, mas também os interesses da expansão econômica pelo território. Desse modo, o Oeste que os bandeirantes tinham conquistado, deveria ser reincorporado pelo “imperialismo interno” estadonovista. O desafio que o Estado Novo lançou para si mesmo era a superação de um país talhado em duas partes opostas – uma que produz, exporta manufaturas e capitais, e outra que os recebem e remete matérias-primas de volta – por meio da integração e ocupação econômica. No plano discursivo, o regime acreditava que somente com a inserção do interior nas relações capitalistas é que se daria a formação de uma sociedade urbano-industrial. Boris Fausto (Fausto, 2004), Sônia R. de Mendonça (Mendonça,

³ O geógrafo responsável pela divisão regional foi Delgado de Carvalho e Fábio Guimarães, os quais levaram em consideração os espaços geológicos, o relevo, o clima e a vegetação. Os geógrafos admitiam que a sua utilização era de caráter prático e duradouro, pois possibilitava a comparação de dados estatísticos e ações administrativas. O Instituto elaborou a divisão do país em cinco grandes regiões naturais – Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste – em 1942, e para facilitar os interesses didáticos e estatísticos fez com que as fronteiras entre as grandes regiões e os Estados coincidissem (ANDRADE, 1987).

⁴ Segundo Fernanda Z. Bruni (2007), não era possível aos interventores tomar atitudes, pois deveriam apenas por em prática as medidas administrativas do Governo Federal. Para tornar essa medida institucional foi decretado o Código dos Interventores – nome dado ao Decreto nº 20.348, de agosto de 1931 – por meio do qual o presidente Getúlio Vargas regulamentou o controle sobre as interventorias nos estados, em suma, era um instrumento de centralização do poder (BRUNI, 2007, p.13).

1990), Lana C. Velasco (Velasco, 1988), Maria Y. Linhares (Linhares, 1999), entre outros, consideram que a política de colonização interna estadonovista incentivou as regiões do interior a ocuparem o papel de produtoras de artigos agrícolas. De modo geral, foi neste momento que a ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste refletiu a nova divisão regional do trabalho, ou seja, essas áreas seriam espaços de extensão agrícola e, ao mesmo tempo, seriam mercados consumidores de bens industrializados produzidos na região Centro-Sul.

Nas palavras do próprio presidente Vargas em pronunciamento⁵ intitulado “Prefácio do Estado Novo” em 15 de novembro de 1937, afirma que:

[...] precisamos equipar as vias férreas do País, de modo a oferecer transporte aos produtos das diversas regiões, bem como construir novos traçados e abrir rodovias [...] particularmente no que se refere à penetração do *hinterland* e a articulação dos centros de consumo interno com os escoadouros de exportação (GUASTINI, 1944, p. 78).

Como meio de efetivar esse projeto, Barsanufu G. Borges (Borges, 2004) considera que o Governo Federal criou dispositivos de apoio à ocupação da fronteira, como por exemplo, o apoio a construção de Goiânia em Goiás e a criação da Fundação Brasil Central. Outra iniciativa para a consolidação do projeto foi o fomento das Colônias Agrícolas Nacionais. Ao estudar esses projetos, Lenharo (1981) percebe que nessa retórica, o passado foi rememorado para estabelecer sentido à necessidade de ocupação do centro do país no presente, ou seja, o passado é retificado e reinterpretado para justificar as diretrizes do presente. Esse discurso de integração territorial se tornou um recurso precioso nas mãos dos ideólogos: de um lado, porque reforçava a obra da conquista e o papel transformador do Estado; e de outro lado, porque criava um clima emotivo e ilusório de participação política. De modo geral, a propaganda armada em torno do *slogan* da “Marcha para o Oeste” edificava uma imagem cinematográfica, onde todos os brasileiros se vissem marchando juntos e conduzidos por um único chefe (BORGES, 2004; LENHARO, 1981).

⁵ Os pronunciamentos de Getúlio Vargas foram encontrados no livro elaborado por Raul Guastini na coletânea intitulada *Ideário Político de Getúlio Vargas* publicada em janeiro de 1943. Este livro conta com um prefácio de Osvaldo Orico intitulado “Getúlio Vargas, o Renovador”. Raul Guastini seleciona e comenta uma série de discursos reunidos em um trabalho para por “em evidencia a fidelidade do Presidente às suas ideias e mostrar como o governante obedece ao pensador na prática daquilo que escreveu”, pois demonstra a “perfeita coincidência entre aquilo que ontem pregava o Senhor Getúlio Vargas e aquilo que tem realizado o fundador do Estado Nacional” (GUASTINI, 1943, p. 4).

Para fundamentar a elaboração do discurso político e econômico de ocupação territorial, o Estado Novo lançou mão da caneta de vários intelectuais, dentre eles, do poeta paulista Cassiano Ricardo. Consideramos que esse escritor em seu ensaio *Marcha para Oeste*, de 1940, apropriou-se do passado para justificar as conjunturas do presente, ou melhor, o passado foi transposto em uma nova roupa confeccionada com elementos pertencentes ao desenvolvimento econômico e ao progresso técnico do presente. A preocupação do ensaísta era evidenciar que o fenômeno bandeirante se encontrava vivo no projeto de ocupação do interior promovido pelo Estado Novo, assim como, afirmar que as características encontradas em Getúlio Vargas eram as mesmas do chefe bandeirante que guiou o “Estado em miniatura rumo a conquista do sertão mais ínvio do mundo” (RICARDO, 1940, p. 56).

Concordamos com Lenharo (1986), Trubiliano e Martins Junior (2008) quando afirmam que em Cassiano Ricardo, as cores, os sons, a poesia e um especial clima de religiosidade são instrumentalizados para compor o itinerário mítico que vai das bandeiras paulistas ao Estado Novo. Cassiano Ricardo é um dos homens que Marc Bloch (Bloch, 2002) aponta como daqueles que participam de múltiplos aspectos do destino humano, que falou e se fez entender por seus contemporâneos, também foi produtor, traficante e consumidor de discursos e, ao mesmo tempo, sofreu os seus desdobramentos.

O discurso desse intelectual se fundiu ao discurso oficial estadonovista ao alinhar os interesses paulistas aos interesses do Governo Federal através da figura do bandeirante. O mesmo símbolo de luta pela autonomia de São Paulo em 1932 se transformou, mediante a análise de Cassiano Ricardo, em um símbolo da unidade nacional, ou seja, o bandeirante deixou de ser o símbolo apenas paulista para se transformar num símbolo nacional. Esse processo pode ser entendido através do conceito de “regionalismo totalizante”, isto é, um mito regional – o bandeirante – passa a representar toda a Nação. Consideramos que a reinvenção política do bandeirante cingiu-se do domínio do destino, visto que, segundo Cassiano Ricardo, sem as Bandeiras, o Brasil não existiria. Esse passado teria engendrado as marcas condicionadoras do poder moderno, de modo que, é nas Bandeiras do século XVIII que se encontra a gênese do Estado Novo. Frente a essa interpretação, defendemos a viabilidade do conceito de “regionalismo totalizante” para compreender a apropriação de símbolos regionais como suportes ideológicos que poderiam englobar toda a Nação.

Segundo Fernanda F. Bruni (Bruni, 2007), a ação política do Estado Novo, tendo em vista a ocupação efetiva do interior e defesa das fronteiras, também se fez sentir com a criação dos territórios federais em 1943: Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual

Rondônia), Iguaçu e Ponta Porã. Todos esses territórios estavam localizados em região de fronteira, pois em momento de Guerra Mundial, surgiu a necessidade de criar estratégias para a defesa nacional. As divisões territoriais do Brasil também estavam vinculadas a um conjunto de medidas, cujo objetivo era combater o poder das oligarquias locais que ameaçavam os interesses do governo estadonovista. Vejamos no próximo tópico como a exteriorização do discurso que subsidiou a campanha “Marcha para o Oeste” se dá na campanha em prol da criação de um novo território com a divisão do estado de Goiás.

5 O discurso de colonização interna e seus efeitos no estado de Goiás

Para defender que a construção de uma nova capital no estado de Goiás poderia promover o desenvolvimento almejado pelas elites vencedoras do Movimento de 1930, a nova elite política goiana elaborou uma propaganda mudancista junto aos meios de imprensa. A nova capital batizada de Goiânia começou a ser construída em 1935 e inaugurada em 1938. Diante a dificuldade de circulação de notícias e informações na nova capital, o governo interventor de Goiás concedeu a Joaquim Câmara Filho – chefe do Departamento de Propaganda e Expansão de Goiás – a publicação, no dia 3 de abril de 1938, do primeiro jornal com circulação regular da Capital: o jornal “O Popular”. As informações divulgadas pelos jornais oferecem um ponto de vista capaz de promover a compreensão da realidade vivida pelos indivíduos, no sentido de que, o jornal reproduz parcialmente a realidade. Ao mesmo tempo, divulga interesses das instituições ou grupos sociais que afirmam publicamente suas opiniões e constroem uma “verdade” planejada através de um discurso homogeneizador. Por toda via, Marcondes (1989) e Luca (2008) consideram que as notícias divulgadas pelo jornal se transformam em mercadoria e meio de manipulação, bem como, numa forma de poder político para seus detentores.

Ao final de 1939, o jornal “O Popular” divulga que Getúlio Vargas planeja vir a Goiânia – primeiro chefe da Nação a visitar a região Centro-Oeste –, gesto simbólico que representa o avanço do Governo Federal para o interior e legitima a política de ocupação de “espaços vazios”. Mesmo o progresso não vindo da forma como foi mitificado, a visita de Getúlio Vargas à Goiás não deixa de ser – no campo simbólico – um meio de afirmar a brasilidade e a necessidade de colonizar o interior (PALACÍM, 1994).

Com a visita do presidente à Goiás,. Capelato (1998) considera que os órgãos de divulgação do regime concluíram que o chefe da Nação entrou em contato direto com o povo das regiões mais atrasadas do país⁶.

O presidente desembarcou em Goiânia no dia 5 de agosto de 1940. Neste dia, o jornal “O Popular” descreve toda sua trajetória na nova capital. Ocorreu um desfile escolar, a participação dos recrutas do Tiro de Guerra, tudo conforme o ritual de cerimônia. O DIP e o Ministério da Educação e Saúde eram encarregados pela organização dos festejos. As festas tinham ampla participação popular, até porque a presença obrigatória de vários setores – escolas, Forças Armadas, Corpo de Bombeiros, Polícia, bandas, corais, grupo de dança e de teatro, escoteiros e sindicatos – garantia a participação nas encenações públicas. O presidente participou do lançamento da pedra fundamental do Estádio de futebol na Avenida Paranaíba, e o principal, o lançamento da campanha “Marcha para o Oeste” nos salões do Automóvel Clube de Goiás, cuja sede foi inaugurada naquele mesmo dia.

Em pronunciamento no Palácio do Governo em Goiânia em 7 de agosto de 1940, Getúlio Vargas afirma que “torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura” (GUASTINI, 1943, p. 149).

Nesse mesmo pronunciamento, o presidente aponta que o governo nacional tem o “propósito de impulsionar o Brasil como um todo orgânico e equilibrado” para eliminar as “ilhas, entremeadas de espaços vazios”, pois somente assim o país sairia do atraso (GUASTINI, 1943, p. 149).

Completando essa proposição, Getúlio Vargas defende que a região Centro-Oeste é um caminho a ser percorrido para que do “alto dos vossos chapadões infundáveis [...] estarão, os grandes celeiros do País” (GUASTINI, 1943, p. 149).

Vemos nesse pronunciamento, como o nacionalismo e progresso econômico – ao menos no campo discursivo – interliga-se como meta do projeto nacional. Segundo as palavras do presidente, esse projeto deveria fazer com que “as fronteiras econômicas

⁶ Segundo Luís Palacín (1994), até meados da década de 1920 o Estado de Goiás continuava fora da corrente de progresso que, nos últimos anos, vinha transformando São Paulo e outras regiões, isto é, o Estado, ao contrário destas, não participava do processo de modernização no sistema produtivo assim como, da crescente urbanização. As principais causas deste atraso se relacionavam com a precariedade das vias de comunicação, da ausência de centros urbanos e de uma economia quase de subsistência, os quais não colaboravam com a inserção de Goiás no cenário econômico nacional.

coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo [...] um expansionismo, que é o de crescermos dentro de nossas próprias fronteiras” (GUASTINI, 1943, p. 149).

No pronunciamento de inauguração da associação cívica “Cruzada Rumo ao Oeste” no dia 8 de agosto de 1940 em Goiânia, Getúlio Vargas alerta para a necessidade de a região acompanhar o crescimento do país. O presidente defende que “se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente”, por essa razão, esse deve ser o grande desafio na nação brasileira, ou seja, a união entre a fronteira política e a fronteira econômica. O elemento nacional, segundo os pronunciamentos oficiais, deveria se integrar a modernização e ao desenvolvimento econômico através do movimento da fronteira⁷ rumo ao interior. É clara a aproximação com as teses defendidas por Cassiano Ricardo em seu ensaio “Marcha para Oeste”, de 1940, ou melhor, as teses de permanência do “espírito bandeirante” no presente são apropriadas como suporte ideológico para os projetos de ocupação territorial e desenvolvimento econômico estadonovista.

Ao discursar no palácio do governo em Goiânia no dia 7 de agosto, Vargas justifica a atual política do governo ao fazer uma breve análise do passado. Em suas palavras, sob “o Império e a primeira República, crescemos [...] à orla das águas atlânticas [...] voltado para fora”, mas, após o “movimento de revigoração nacionalista e o advento do Estado Novo [...] a civilização brasileira tomou o caminho dos paralelos”, pois “o vosso planalto é o miradouro do Brasil” (GUASTINI, 1943, p. 149).

O presidente afirma – em improviso de inauguração da associação cívica “Cruzada Rumo ao Oeste” em 8 de agosto de 1940 em Goiânia – que a região Centro-Oeste, além de ser o lugar de ocupação histórica das Bandeiras paulistas, seria o caminho para constituir a base de um novo plano político-econômico nacional. Em seu pronunciamento, Getúlio Vargas defende que o programa goiano “Rumo ao Oeste” é o “reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura” (GUASTINI, 1943, p. 151).

⁷ Além de ser suporte ideológico para o discurso de ocupação econômica de novas terras, a fronteira seria o local onde a Nação deveria mirar seu impulso empreendedor. Como bem assiná-la Alcir Lenharo (1986), Barsanufio G. Borges (2004) e Otavio G. Velho (1979), a fronteira foi utilizada como matéria-prima carregada de elemento histórico e ideológico. O avanço da fronteira sobre o sertão, segundo os autores, é diretamente relacionada com a identidade nacional, pois era nesse espaço – pobre e esquecido – que se encontra a reserva moral do país. Desta forma, o ato de marchar para o centro, para o Oeste implica não somente a regeneração, mas o encontro com o próprio elemento nacional. Sendo assim, Oeste, sertão e fronteira são conceitos carregados de simbologia cara para o projeto modernizador estadonovista.

De acordo com Fernanda Z. Bruni (Bruni, 2007), no início dos anos 1940, o Rio Araguaia do Norte Goiano era a última barreira natural ao “progresso civilizatório”. No que se refere a política patriótica nos idos de 1944 o jornal “O Popular” nos dá uma dimensão das discussões sobre a reordenação política e econômica da região⁸. O jornal nos informa sobre o debate acerca do interesse do Governo Federal em criar um novo território na região do Norte de Goiás. De acordo com José Miranda de Oliveira (2012), o movimento separatista dessa região encontrou um novo ambiente para manter o ideário de divisão territorial. As intervenções realizadas para fins de divisão territorial faziam parte das estratégias de ampliação ou criação de espaços de poder. Por isso, o autor considera que a divisão e a ocupação territorial foram utilizadas para fragmentar o poder das oligarquias locais que impediam o desenvolvimento da Nação e ameaçavam a Segurança Nacional.

O major João Segadas Viana (Viana, 1940, p. 379) escreveu um artigo em 1940 para a “Revista Brasileira de Geografia”, intitulado “Divisão Territorial do Brasil”. Neste artigo, o militar defende que a divisão territorial de um país deve facilitar a administração, mas sempre que se “fala em dividir os estados despovoados em territórios [...] o regionalismo mal compreendido desses estados protesta”. E continua:

[...] todos sabem perfeitamente que a população do interior deseja por todas as formas a administração direta da União, que só lhes trará a justiça e o progresso, e que o regionalismo cheio de suscetibilidades só existe nas populações das capitais, temerosas de perderem a sua importância política (VIANA, 1940, p. 379).

Esse militar apresenta nesse artigo uma solução possível para melhorar a administração pública e quebrar o poder das elites locais. De acordo com Bruni (2007), para esse proponente da divisão do território de Goiás, a causa do atraso desses grandes estados seriam a falta de recursos e as dificuldades que as distâncias acarretavam. No entanto, essa não era a mesma opinião da elite do Centro-sul de Goiás, uma vez que, as manchetes do jornal “O Popular” trazem a defesa da tese de que a criação de um território não contribuiria para o futuro de Goiás. O principal expoente desta defesa foi o procurador do Estado de Goiás, o

⁸ Em relação ao desenvolvimento do Norte de Goiás, já vemos a preocupação de Getúlio Vargas no discurso de instalação da Aliança Liberal em 2 de janeiro de 1930. De acordo com o futuro presidente, no “tocante a vias de comunicação [...] cumpre [...] organizar o plano de viação geral do país, de modo que as estradas de ferro, as rodovias e as linhas de navegação se conjuguem”. Para que isso ocorra, Vargas defende que entre as “linhas férreas que a Nação reclama, uma das de maior alcance é a chamada Tocantins” iniciada no “governo Epitácio Pessoa”.

senhor Rodrigo Duque-Estrada. Em visita ao Rio de Janeiro, o procurador declara que a “criação de um território no Tocantins, região que não é fronteira e nem costeira interessa à Defesa nacional, é uma afirmação tão descabida de senso, que foge da seriedade que reveste os atos oficiais.” (O POPULAR, 1944).

As fontes analisadas não apresentam nenhuma retaliação frente a esses comentários e não trazem os argumentos do Governo Central para a necessidade de criação de um território em Goiás. Através deste exemplo podemos ver claramente como a imprensa apropria-se da informação e transmite aquilo que é escolhido como notícia. O jornal procura informar apenas à opinião pública sobre a falta de recurso financeiro para a criação de um novo território no Brasil Central. As manchetes goianas trazem a defesa da tese de que a criação de um território nesta região, não contribuiria economicamente, assim como, tal medida seria contraditória à unidade nacional.

O jornal “O Popular” transcreve alguns debates entre os palestrantes em congresso realizado pelo IBGE no Rio de Janeiro. Tais diálogos procuram evidenciar a inconstitucionalidade – baseada na ideia do corpo⁹ – da criação de novos territórios. Neste congresso, o procurador goiano procura evidenciar a inconstitucionalidade da criação de novos territórios, pois

[...] o desmembramento do território nacional, para a organização de novas células, embora pudesse efetivamente trazer vantagens de ordens administrativas, envolveria perigoso estímulo a quebra desse sentimento cívico que é a própria base da grandeza do Brasil (O Popular, 1944).

Estas palavras expressam com propriedade outro dos fundamentos da ocupação e colonização do interior do país, isto é, a preocupação com a Defesa Nacional institucionalizada com a Lei de Segurança Nacional de 1935. Unidade Nacional e Segurança Nacional são fundamentos que serviram de argumento para os interesses locais de manter a região do alto Tocantins anexada ao estado de Goiás.

Juntamente aos debates sobre a divisão de Goiás na imprensa goiana, o Major Lysias Augusto Rodrigues também se interessava pela região tocantinense e inicia sua defesa em prol

⁹ Durante o Estado Novo a proposta de conquista da fronteira, segundo Barsanufu G. Borges (2004) é associada a alegoria do “corpo”. A nação é vista como totalidade orgânica, como um corpo harmonioso e indivisível, e é justamente isso que forja a identidade do brasileiro.

da separação da região Norte de Goiás. De acordo com Fernanda Z. Bruni (2007), as justificativas do militar em defesa da criação do território do Tocantins eram a falta de vias de transporte, bem como o ostracismo a que a região estava relegada. Segundo o Major, a criação do território do Tocantins viria apressar a valorização das riquezas naturais e beneficiaria toda a região Central do Brasil. O Major Lysias Rodrigues além de escrever o ensaio “Roteiro do Tocantins” em 1943, apresenta um ano depois um projeto de criação de um território em Goiás. Neste projeto, o território do Tocantins seria criado com a divisão territorial do Norte de Goiás e do Sul do Maranhão, com a capital em Carolina (MA) ou Pedro Afonso (GO). Segundo Bruni (2007), o Major despacha o projeto para o IBGE para averiguações técnicas, mas não obteve resposta e, posteriormente para Getúlio Vargas, em 3 de março daquele mesmo ano.

Após a deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945 criou-se um Comitê de Propaganda em dezembro de 1946. De acordo com a autora citada acima, esse Comitê julgava sua ação pertinente, uma vez que atuava em um momento de abertura política, sendo assim, seria possível retomar a questão da divisão político-administrativa do Brasil. O Comitê de Propaganda encaminha para a Assembleia Legislativa em 1946 um projeto defendendo a criação do território do Tocantins. Entretanto, a Assembleia e a Comissão de Constituição e Justiça da Administração Federal em 1949 rejeita a representação do Comitê – o qual é extinto – alegando que a região, caso fosse desmembrada, não teria condições de se manter economicamente.

6 Considerações finais

Vemos ao longo desse artigo, a produção e apropriação de enunciado a partir da reescrita do passado histórico, ou seja, a resignificação da mística paulista inspirada pelo “espírito bandeirante” como justificativa estadonovista da necessidade de incorporar os sertões à economia nacional. Para essa composição, foi possível perceber a função do texto, a posição ocupada daquele que o produz, sua divulgação por um falante determinado e a interface entre o texto científico, político e ensaístico divulgado por falantes estrategicamente localizados – IBGE, DIP e jornal “O Popular” – que cumpria uma função específica. Através de determinadas expressões – desenvolvimento econômico, ocupação do território, reintegração das relações cidade-campo, desequilíbrios regionais e a deficiência na circulação de bens e transporte, entre outras – os representantes e ideólogos estadonovistas pretendiam subsidiar a ocupação de espaços localizados no interior do território brasileiro. Essa

observação coaduna com a concepção de Bloch (2002), pois o historiador afirma que através da leitura dos documentos vemos figuras de estilos que se tornam instrumentos de conhecimento para compreender seu uso em determinada época.

A perspectiva voltada para a busca de desenvolvimento econômico se misturou ao viés nacionalista através de uma política estatal que procurava englobar todas as necessidades nacionais em um único objetivo, isto é, a marcha para o Oeste no presente poderia reavivar o passado histórico. Além de ser um dos locais que contém os elementos que compõem a brasilidade, a região Centro-Oeste também seria – devido a suas capacidades naturais e territoriais – o lugar que serviria de base de apoio para o desenvolvimento econômico. O nacionalismo, o progresso/desenvolvimento, a unidade nacional e o regionalismo se interligam como metas comuns para um projeto nacional. A atitude de marchar para o centro, para o Oeste, implica uma trajetória de regeneração, visto que, o sertão é o lugar de riquezas onde o destino da Nação se cumprirá. Povoamento, ocupação, integração constituem os novos movimentos da Nação em busca de sua plenitude.

Como foi possível observar neste artigo, a proposta de divisão do estado de Goiás surgiu em dois momentos – Império e estado Novo – como solução administrativa para fortalecer economicamente a região. Todavia, também vemos que a decisão de ir contra a divisão por parte dos goianos na década de 1940 recupera o argumento de unidade nacional cara ao período Imperial, o qual é reforçado pelo Estado Novo. Tal negativa sustenta-se na tese de que o Brasil deveria crescer como um todo “orgânico e equilibrado”, pois a quebra da unidade territorial fragilizaria a unidade espiritual do brasileiro. Por outro lado, o Governo estadonovista vinha discutindo essa proposta frente às vantagens econômicas, administrativa e de segurança nacional que tal projeto suscitaria. Por sua vez, essas discussões perderam o fôlego após a deposição de Getúlio Vargas e o projeto de criação do estado do Tocantins foi arquivado, consolidando-se apenas em 1988.

Não podemos dizer que ocorreu uma desarmonização entre o governo regional e Federal, mas no que se refere a Goiás ocorre a pretensão de defesa dos interesses da elite do Centro-Sul goiano, ao mesmo tempo, procura controlar a ocupação dos “espaços vazios” de acordo com seus interesses. Os argumentos contra tal proposta se situam no nível constitucional ao assegurar a identificação da unidade da nacionalidade com a unidade territorial. Podemos ver como as manchetes que informam posições contrárias a proposta do Governo Federal apropria-se das diretrizes da campanha “Marcha Para o Oeste” – ocupação dos “espaços vazios” como elemento de nacionalidade – e da função do estado – preservação

da Unidade Nacional e Segurança Nacional – para defender uma posição contrária a divisão do estado. A oposição regional contra a divisão do estado para a formação do estado do Tocantins – noticiada pelo jornal “O Popular” – apropria-se da retórica estadonovista, pois a criação de um novo estado quebraria a unidade territorial, tida como cerne da unidade nacional.

Este estudo abre espaço para novos estudos que possam romper com as generalizações históricas que apontam que o discurso doutrinário estadonovista foi recebido sem questionamentos pelas elites regionais. Nesse sentido, essa preocupação aumenta a responsabilidade dos pesquisadores e professores de História em estimular a produção de estudos históricos regionais e locais, ao mesmo tempo, possam valorizar a abordagem regional em sala de aula. Acreditamos que este estudo pode contribuir com professores do ensino Fundamental no Tocantins, pois traz a luz tendências de as pessoas buscarem raízes, fontes de identidade, as quais mobilizam elementos do espaço sócio histórico de suas origens. Defendemos a importância de a História Regional tornar-se conteúdo escolar e que adentre as salas de aula em todos os níveis do ensino Fundamental, pois essa abordagem fortalece a construção da identidade e o sentimento de pertença à terra natal ou a região, reconhecimentos estes que anteciparam a constituição da identidade nacional defendida pelo discurso homogeneizador.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J. 1995. Região, sertão, nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, p. 145-151.
- ANDRADE, M. C. 1987. Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 168 p.
- BITTENCOURT, C. 2009. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 408 p.
- BLOCH, M. 2002. Apologia da História ou o ofício do Historiador. São Paulo: Zahar, 122p.
- BORGES, B. G. 2004. A fronteira na formação do espaço brasileiro (1930-1980) In. SERPA, É. C. (Orgs.). Escritas da História: intelectuais e poder. Goiânia: Editora UCG, p. 223-251.
- BRUNI, F. Z. Ideais separatistas e autonomia política: depoimentos sobre a criação do estado do Tocantins. 2007. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação. Fundação Getúlio Vargas –FGV; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, 202p.
- CAPELATO, M. H. R. 1998. Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas: Papirus, 310 p.

- CAVALCANTE, M. E. 2004. O discurso autonomista do Tocantins: primeiras manifestações. In. GIRALDIN, O. (org.). A (trans)formação histórica do Tocantins. Goiânia: Editora UFG, p. 49-88.
- FAUSTO, B. 2004. O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 356 p.
- FOUCAULT, M. 1999. A Ordem do Discurso. São Paulo: LOYOLA, 76 p.
- GREIMAS, A. J. 1986. Análise do discurso em Ciências Sociais. São Paulo: Global, 193 p.
- IANNI, O. 1986. Estado e Planejamento econômico no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 316p
- LACAPRA, D. 2008. Repensar la historia intelectual y leer texto. Disponível em: < <https://stormblast.wordpress.com/2008/10/08/repensar-la-historia-intelectual-y-leer-texto-dominick-lacapra/> > Acesso em 06 ago. 2016.
- LENHARO, A. 1981. Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 105 p.
- LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. 1999. Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 189 p.
- LUCA, T. R. 2008. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 111-153.
- MARCONDES, C. F. 1989. O capital da notícia. São Paulo: Ática.
- MARTINS, M. Lobato. 2010. História Regional. In. PINSKY, C. Novos temas nas aulas de História. São Paulo: Contexto, p. 135-172.
- MENDONÇA, S. R. 1990. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida a internacionalização. In LINHARES, M. Y. (org). História Geral do Brasi (da colonização portuguesa à modernização autoritária). Rio de Janeiro: CAMPUS, p. 243-272.
- O POPULAR, 1944. Ano 6, nº 519.
- OLIVEIRA, F. 1977. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 137 p.
- OLIVEIRA, J. M. Miranda. 2012. Estratégias separatistas e ordenamento territorial. Uberlândia, MG. Dissertação. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 317p.
- OLIVEIRA, R. 2004. A “invenção” do Tocantins. In. GIRALDIN, O. (org.). A (trans)formação histórica do Tocantins. Goiânia: Editora UFG., p. 13-48.
- ORLANDI, E. P. 2006. Discurso e leitura. 5ª ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 168 p.
- ORLANDI, E. P. 1996. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Rio de Janeiro: Vozes, 175 p.
- PALACIN, L. 1994. História de Goiás. 6ª ed. Goiânia: UCG, 96 p.
- RICARDO, C. 1940. Marcha para Oeste. São Paulo: José Olympio, 580 p.
- RODRIGUES. L. 1943. Roteiro do Tocantins. São Paulo: José Olympio, 125 p.

TRUBILIANO, C. A. B. ; MARTINS JUNIOR, C. M. 2008. A Marcha para Oeste e Cassiano Ricardo: um itinerário para a Nação. In: XI Encontro Regional da Associação Nacional de História. Jacarezinho, PR: ANPUH.

VELASCO, L. C. 1987/88. Divisão regional do Brasil a partir da divisão regional do trabalho. B. Goiano Geografia; n.º 1-2, jan./dez., p.117-133.

VELHO, O. G. 1976. Capitalismo Autoritário e Campesinato. São Paulo: DIEHL, 261 p.

VIANA, J. S. 1940. Divisão territorial do Brasil. Revista Brasileira de Geografia (RBG), v. 2, n.º 3, p. 372-406.

Resumo

Este artigo pretende discutir a construção do discurso político de modernização e ocupação econômica do estado de Goiás nas décadas de 1930 e 1940. Sabendo que esse projeto modernizador proposto para o estado goiano foi um processo vasto e complexo, iremos abordar três pontos em particular: o discurso ideológico que ocupação dos “espaços vazios” no Centro-Oeste, a questão da divisão do estado de Goiás e a tentativa de criação do estado do Tocantins durante o Estado Novo. Para a fundamentação teórico-metodológica deste estudo, lançamos mão da revisão bibliográfica referente as tentativas de criação do estado do Tocantins no período colonial e imperial brasileiro e o processo de modernização do Estado no período varguista (1930-1945), assim como, nos apoiamos em estudos que tratam do método da análise discursiva. Foi possível perceber que as tentativas de criação de um novo estado a partir da divisão do estado de Goiás foram impedidas tanto pelo discurso de unificação nacional, quanto pelo interesse da elite Centro-Sul goiana de manter a unidade do estado. Diante essa proposta, acreditamos que este artigo pode contribuir com pesquisas históricas sobre a formação do estado do Tocantins, assim como, poderá contribuir como fonte de pesquisa para o ensino de História Regional na Educação Básica tocantinense.

Palavras chave: Discurso. Modernização. Região.

Abstract

This paper discusses the construction of the economic policy of modernization discourse and occupation of Goiás state in the 1930s and 1940. Knowing that this modernization project proposed for the Goiás state was a vast and complex process, we will address three particular points: the ideological discourse that occupation of the "gaps" in the Midwest, the issue of goiano's state division and attempt to create the state of Tocantins during the Estado Novo. For the theoretical and methodological basis of this study, we used the literature review concerning the creation of attempts Tocantins state in the Brazilian colonial and imperial period and the state modernization process in the Vargas period (1930-1945), as well as support in studies dealing with the method of discourse analysis. It could be observed that attempts to create a new state from the state of Goiás division were prevented both the national unification of speech, as the interest of the elite South Central goiana to maintain the state unit. Faced with this proposal, we believe that this product can contribute to historical research on the formation of the state of Tocantins, and could contribute as a source of research for teaching Regional History in Education Tocantins Basic.

Keywords: Discourse. Modernization. Region.